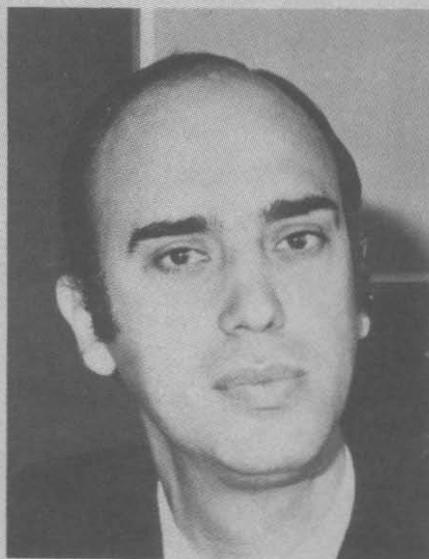


MARCO MACIEL

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO
PARA A REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA



15 AÇÃO PARLAMENTAR

Senador MARCO MACIEL

**IMPORTÂNCIA
DA EDUCAÇÃO PARA A
REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA**

15 — AÇÃO PARLAMENTAR

BRASÍLIA — 1983

Desde os tempos do Império, quando instalaram-se, no País, instituições de ensino que se limitavam a retransmitir culturas importadas de outros continentes, alheias totalmente à realidade brasileira, que a educação tem representado, no Brasil, um problema crucial. Elitizada e desvinculada das reais necessidades nacionais, o processo educacional tem-se ressentido no decorrer dos tempos, com a inexistência de uma política coerente e adequada, que a consagre definitivamente dentro do papel que deve desempenhar no desenvolvimento social e econômico e no aperfeiçoamento democrático do País. Nesta publicação faz-se uma análise da questão educacional no País e mostram-se os caminhos que devem ser traçados para que a educação tenha o necessário papel de destaque na sociedade brasileira de nossos dias.

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO
APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO**

A educação terá, por objeto, o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos e religiosos...”

O trecho citado, extraído da Declaração dos Direitos do Homem — legítima expressão da consciência universal — evidencia que a educação há de ser entendida como processo de informação, absorção do conhecimento e formação da personalidade, agindo sobre o homem concreto, inserido em seu meio e sistema de valores.

Educação não se confunde, pois, com mera instrução; é processo mais global, do qual instrução seria a base na qual se apóia e harmoniza o organismo vivo do pleno desenvolvimento da personalidade. Neste há que considerar, porém, duas faces:

A primeira diz respeito à progressiva integração do homem em seu meio social e cultural, indispensável a que se o atinja; daí por que devem os sistemas educacionais diferenciar-se entre nações e regiões, segundo índoles e caracteres nacionais e regionais, ou formas diversas de civilização e cultura.

Implica também considerar o desenvolvimento da personalidade dentro de quadro abrangente do respeito ao homem, em todos seus valores intrínsecos e toda sua universalidade — respeito “ao homem todo e todos os homens”, para aplicar a este caso magistral observação com que Paulo VI referiu-se à destinação do desenvolvimento.

Apesar do longo caminho percorrido desde que Platão e Aristóteles, na Grécia do século V a.C., construíram os fundamentos éticos a partir dos quais viria a sedimentar-se a filosofia da educação, verifica-se através da história que a evolução desse setor decisivo para a humanidade deu-se de forma assimétrica, e hoje estamos ainda distantes de alcançar os objetivos que informam a Declaração dos Direitos do Homem.

Em sua **República**, como também nas **Leis**, Platão considerava a educação doméstica e a vida familiar de certo modo prejudiciais à formação do “cidadão-guarda” do Estado ideal — embora, ao fazê-lo, procurasse talvez lançar bases sólidas em que se assentasse a responsabilidade do Estado na educação. Esparta levou tal preocupação ao paroxismo, educando seus jovens sob supervisão dire-

ta do poder: os homens preparavam-se para a guerra, às mulheres destinavam-se papéis de esposas e mães de guerreiros.

Roma aproveitou grande parte das idéias helênicas sobre educação, e disseminou-as por seu vasto Império. Como na Grécia, surgiram escolas de gramática, retórica e filosofia. A tirania que se estabeleceu durante o período imperial, porém, comprometeu parcialmente o esforço iniciado nos tempos da República romana. Tal situação não encontrou meios de superar-se nos primeiros tempos do cristianismo, quando o ideal da vida monástica, despojada de tudo quanto não se ligasse diretamente à contemplação mística, relegou a plano secundário a cultura clássica e seus instrumentos de preservação, a educação entre eles.

A partir do Século XI — portanto em plena Idade Média — começou o renascimento da educação. São figuras representativas desse esforço Santo Tomás de Aquino e Abelardo, dele resultando a fundação de universidades em toda a Europa Ocidental. O grande desenvolvimento cultural e artístico ocorrido ao final da Idade Média e início da Era Moderna, conhecido genericamente por Renascimento, representou, na realidade, desaguadouro e ápice do processo desencadeado nas universidades, mosteiros e centros de cultura disseminados na época medieval.

Outro importante ponto de inflexão para o desenvolvimento educacional foi a Reforma Protestante, bem como a reação consubstanciada na chamada Contra-Reforma, que teve seu ponto crucial no Concílio de Trento. De um lado, a Igreja resultante do cisma de Lutero representou papel impulsionador e modernizador da educação nos países que a adotaram; de outro, a Igreja Católica dedicou-se amplamente, sobretudo no sul da Europa, às atividades educacionais, do que é exemplo conhecido a atividade da Companhia de Jesus.

Mais conhecida é a evolução que se registrou nos tempos modernos e contemporâneos. Não se pode esquecer o papel desempenhado por alguns dos mais célebres homens de pensamento que o mundo já conheceu: Voltaire, Diderot e os "enciclopedistas" — ainda que muitos desses, Voltaire à frente, defendessem a idéia de uma educação voltada apenas para as elites. Igualmente importantes foram Rousseau, que conclamava ao retorno à simplicidade e à natureza; Kant, para quem o supremo guia da vida é a lei do dever, favorecendo, pois, o apelo à coerção como fundamental para a educação; e sobretudo, no que tange à evolução educacional em si mesma, o suíço Pestalozzi, primeiro a defender a generalização da instrução — não sem razão considerado por muitos o verdadeiro fundador da educação moderna.

Novo impulso

No Brasil, a história da educação iniciou-se com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. Com o intuito de propagar a fé, os padres de Santo Inácio lançaram as bases de um vasto sistema educacional, que se expandiu com o

avanço territorial da Colônia, e por dois séculos constituíram-se nos únicos educadores do Brasil.

Aliás, já que buscavam servir à fé, os jesuítas implantaram sistema único, destinado a ensinar colonos e índios estabelecidos nas várias regiões do País. Com isso a cultura nativa foi pouco a pouco substituída pelas idéias européias, o que viria a ter marcantes conseqüências para a formação cultural do Brasil, em especial no concernente à educação.

É inegável, contudo, a obra civilizadora dos jesuítas, não apenas para a manutenção e desenvolvimento do ensino como também para a própria integração do vasto continente que viria a conformar a Nação brasileira. Tão importante foi sua atuação que, em meados do Século XVIII, quando Pombal os expulsou do Brasil, desarticulou-se por completo o sistema, que só se recuperou da desagregação e decadência com a vinda da família real e a transformação da antiga Colônia em Reino Unido a Portugal.

Para atender às necessidades da Corte que aqui se instalava, D. João VI fez fundar várias instituições culturais que vieram dar novo impulso à educação, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Museu e, sobretudo, entidades de ensino superior — Escola Naval, Escola Militar, de Medicina, de Agricultura, Economia, Química e Desenho Técnico. Ainda que na maioria circunscritas ao Rio e à Bahia, essas escolas começavam a superar a limitação do ensino de humanidades e letras, vigente até então, marcando um período decisivo na evolução educacional do País.

Outra fase crucial foi a subsequente à proclamação da Independência e instalação do Império. Sob influência das idéias da Revolução Francesa, que se difundiram no Brasil desde a época da Inconfidência Mineira e encontraram guarida nas elites dirigentes da jovem Nação, falava-se em educação popular e discutia-se a difusão das escolas na Assembléia Constituinte. Uma lei de 1822 — ano da Independência — estabelecia que se criassem escolas primárias em todas as cidades, vilas, povoados e escolas secundárias nas cidades e vilas mais populosas.

Cedo, porém, o sistema sofreu uma quebra, antes mesmo que se dispusesse de recursos para fazer cumprir a lei de 1822: o Ato Adicional de 1834, portanto no período regencial, também descentralizou o ensino básico, atribuindo-o à responsabilidade das províncias do Império; passaram a coexistir, portanto, dois sistemas de ensino, um federal e um provincial, relativamente estanques, e enquanto no primeiro faltava a base de instrução fundamental, o segundo carecia do complemento das escolas superiores.

De toda forma o ensino provincial conseguiu, em grande medida, florescer através do desenvolvimento de escolas particulares, das quais são expoentes o Colégio Caraça, fundado em Minas pelos padres lazaristas, e o Colégio Pedro

II, do Rio, criado pelo próprio governo central, ambos responsáveis pela formação de várias gerações de estadistas.

Observa-se que o ensino técnico e profissional, desde então, colocaram-se em segundo plano: apesar da tentativa representada pela Escola de Artes e Ofícios, do Rio de Janeiro, fazia-se sentir o preconceito, do qual só a custo o País consegue libertar-se, contra os trabalhos manuais — e por extensão as profissões técnicas — considerados desonrosos e desde então relegados em favor da instrução literária e retórica das elites.

De tudo isso resultaria, na República Velha e, até certo ponto, ainda em tempos recentes, a marca de descontinuidade do processo educacional brasileiro. Oscilando entre o enfoque prioritário ao ensino básico ou à universidade; indeciso entre a responsabilidade direta do Estado ou sua delegação à iniciativa privada; alternando apoios e desestímulos ao ensino religioso, sucederam-se normas legais e reformas do sistema educacional, sem que se conformasse, até os dias atuais, uma política coerente e adequada para o setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho consciência de que a educação é setor que enfrenta sérios problemas não apenas no Brasil, mas em todo o mundo dividido por antagonismos e conflitos, quer entre concepções diferentes de Estado e sociedade, quer entre interesses contraditórios de nações ricas e pobres.

Mesmo nos Estados Unidos, país de alto nível de estágio democrático, defrontam-se os dirigentes com graves problemas no setor educacional. A ponto de afirmar, dias atrás, em suas conclusões, a Comissão Nacional sobre a Qualidade de Ensino, criada pelo governo, entre outras considerações altamente negativas, ser o “nível médio das escolas o mais baixo dos últimos 20 anos”. “Pode-se dizer — prossegue — que 23 milhões de americanos são analfabetos ou semi-analfabetos e 13 por cento dos jovens com menos de 17 anos mal sabem ler e escrever”.

Sabemos que no Brasil o problema apresenta-se ainda mais preocupante. Um dos mais ilustres estudiosos do assunto, o eminente Senador João Calmon, disse, a propósito, com a habitual acuidade, em recente discurso que pronunciou nesta Casa, que “entre as lutas prioritárias que devemos travar no País (encontra-se) o combate à ignorância”, para acrescentar, logo a seguir, citando o Estadista francês Raymond Poincaré, que educação “deveria ser considerada problema número um, número dois, e número três do País”.

Falhas e deficiências

Ressalta-se, de pronto, que a Nação, infelizmente, ainda está muito longe de resolver o grave problema do analfabetismo. Apesar de todo o esforço já realizado, 26 por cento dos brasileiros encontram-se nessa condição, porcentagem que no Nordeste atinge a alta cifra de 49 por cento.

Examinando o assunto, em perspectiva mundial, concluiu recente estudo da UNESCO que a crise econômica contribuiu para agravar o quadro, em virtude de, cada vez mais, parcela menor de dotação ser alocada ao combate ao analfabetismo. Grave, contudo, é a observação da referida organização internacional de que, malgrado ser a América Latina, no Terceiro Mundo, o continente menos desfavorecido, tem o Brasil taxa de analfabetos superior à da região, que é de 20 por cento.

Além disso, mais de sete milhões de crianças na faixa de 7 a 14 anos ainda estão sem freqüentar a escola.

Note-se, igualmente, que de 24 milhões de crianças com idade inferior a sete anos, 22 milhões não tem nenhum atendimento pré-escolar.

Ademais, Nação em desenvolvimento, ainda não conseguiu o Brasil encontrar sua própria Escola, não foi até agora capaz de produzir sistema educativo eficaz, adequado à sua realidade.

Certamente é esta uma das principais razões pelas quais o sistema educacional brasileiro apresenta falhas e deficiências em todos os seus níveis — constatação dolorosa por certo, mas não exagerada. As sucessivas reformas do ensino — inclusive a última consubstanciada na Lei nº 5.692, de 1971 — os estudos que se acumulam e, muitas vezes, não oferecem senão resultados tímidos ante a magnitude do problema, refletem muito bem a inadequação, a insegurança e a reduzida eficácia da escola brasileira.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer ouço V. Exª, caro Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Marco Maciel, admirou-me o percentual que V. Exª dá, no seu discurso, do elevado número de analfabetos e semi-analfabetos dos Estados Unidos, uma nação capitalista, uma nação forte, com um elevado número de analfabetos, me parece da ordem de 20% segundo V. Exª, e mais uma percentagem de outros tantos por cento que não sabiam ler, eu não gravei bem. Se nós compararmos em relação ao Brasil, ou seja, se nós considerarmos os dois Brasis, o Brasil Sul e o Brasil Norte-Nordeste, se fizermos uma comparação com o Brasil-Sul veremos que não estamos numa situação muito diferente em relação aos Estados Unidos. Naturalmente a parte desenvolvida e economicamente forte do Brasil não oferece aquele triste quadro do nosso Nordeste pobre, sofredor, que aí está, e cada dia piorando mais, porque, uma situação de 5, 6 anos de calamidade, as crianças sem irem à escola, na verdade, há uma fuga natural para sobreviver, e daqui para a frente, teremos percentagem um pouco maior, mais defasada, do que a atual de analfabetos, de crianças fora da escola. O problema da criança fora da escola é muito sério — já não digo em todo o Território Nacional, mas no Norte e Nordeste principal-

mente. Homem do Nordeste, V. Ex^a sabe que os pais não mandam a criança de 10, 11 anos mais para a escola. Não mandam porque precisam do filho para o roçado, e a mãe, da filha para o trabalho doméstico, para costurar, para bordar, etc. Assim há essa fuga alarmante da escola. Essa fuga diminuiu durante certo tempo, quando Anísio Teixeira imaginou o ensino de artes industriais, aquelas escolas construídas anexas aos grupos-escolares, que hoje são as escolas de primeiro grau. De certa maneira houve retenção de crianças nas escolas, porque os pais achavam que nelas o seu filho aprenderia uma profissão e poderia trabalhar em cerâmica, em cipó, em madeira etc. As mães deixavam as filhas para aprender decoração, bordado, costura, etc. Entretanto depois que acabaram com o ensino de artes industriais — coisa que nunca entendi — a fuga continuou crescendo nas escolas, principalmente nas do Norte e Nordeste brasileiro.

Plano retórico

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Almir Pinto, acolho com muita alegria o aparte de V. Ex^a O Relatório a que me referi sobre a educação americana foi elaborado por solicitação do Secretário de Educação T. H. Bell, por determinação do Presidente Ronald Reagan. Tem como título “Uma Nação em Risco”, tal a extensão da crise que eles detectaram na natureza e na qualidade do ensino nos Estados Unidos da América do Norte, Nação que é líder do mundo democrático e exibe, sob todos os aspectos, inclusive no plano social, os mais positivos indicadores. Esse relatório chegou à conclusões extremamente negativas sobre o estágio da educação nos Estados Unidos, e se converteu, por isso mesmo, não apenas em tema de campanha por parte da Oposição, como também de preocupação por parte do próprio Presidente Ronald Reagan. Tanto assim que ele fez questão de convocar a sociedade para que venha ajudar o Governo na tarefa de transformar a sociedade americana, através de uma revolução no processo educacional.

Em verdade, isso que se passa nos Estados Unidos, se bem que grave, é muitas vezes mais grave se analisarmos a situação existente no País. V. Ex^a conhece bem os números e sabe quão elevada ainda é no Brasil não apenas a taxa do analfabetismo, como igualmente a taxa de evasão e repetência, sobretudo no chamado ensino básico. Por isso consideramos deva ser dada uma ênfase governamental, para que se transforme, significativamente, o quadro da educação em nosso País. De mais a mais, parece existir no Brasil um hiato muito grande entre reconhecer-se a educação uma tarefa prioritária e a adoção de medidas que convertam essa prioridade meramente retórica em algo concreto. Por isso que considero que deva haver não apenas uma tomada de consciência por parte da sociedade brasileira, como também a adoção de providências mais eficazes por parte dos governos, de modo especial do Governo Federal.

Como tem defendido sempre com muita propriedade, o Senador João Calmon, está na hora de nos mobilizarmos para modificar o quadro da educação

em nosso País, sobretudo quando se sabe que não se pode cogitar de um desenvolvimento auto-sustentado se continuarmos a exibir tal situação no plano educacional.

A Srª Iris Célia — V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, cara Senadora Iris Célia.

A Srª Iris Célia — Nobre Senador Marco Maciel, V. Exª nos brinda esta tarde com magnífico pronunciamento em torno de assunto palpitante, assunto que interessa a nós todos brasileiros — a educação. Também eu, na minha curta passagem por esta Casa, já trouxe à tribuna, por duas vezes, e amanhã pela terceira vez, se Deus quiser, minhas considerações à cerca da educação nacional. V. Exª bem coloca o problema brasileiro, embora os Estados Unidos estejam também em estado educacional de carência. É um atestado de que o Mundo inteiro vai mal em educação e de que o Mundo não está considerando a educação prioridade zero, um, dois ou três, conforme tem sido colocado pelo nosso Senador João Calmon, e por V. Exª tão bem repetido. O Mundo está padecendo de problemas incríveis de guerras, de fome, de uso de drogas, etc., exatamente porque se descuidou da educação. Mas, embora isso esteja sendo colocado em relação aos Estados Unidos, a nós preocupa o Brasil, a nossa querida Pátria, o nosso querido País, ainda com um índice elevadíssimo de analfabetismo e de crianças fora das escolas.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade.

A Srª Iris Célia — Ainda ontem comemorávamos o Dia da Criança, mas, intimamente, sentíamos a tristeza de saber que 7 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, ainda não tiveram direito à escola; 10 milhões de crianças, de 4 a 6 anos não tiveram direito à pré-escola, indispensável ao desenvolvimento biopsicossocial da criança. Mas, V. Exª coloca muito bem, quando diz que estamos ainda em busca de um modelo. Lembro-me que ontem, em um dos jornais que li, a universidade se autocontestava, e se auto-angustiava por não estar seguindo a sua linha de pesquisa e de produção de serviço. E, por que a universidade, que onera tanto o País, como ela mesmo reconhece, levando grandes parcelas dos recursos, não se debruça sob o problema do modelo educacional brasileiro? Esse é um desafio que V. Exª está a colocar ao nosso alcance, qual seja, o de sugerir à universidade brasileira que se preocupe com os problemas educacionais do Brasil, que reflita sobre as diversas realidades brasileiras, que busque alternativas às soluções desse problema, de modelos educacionais, de modelos de qualificação do professor da zona rural. E, temos que considerar não apenas a quantidade de crianças, o que é grave, que estão fora da escola, mas também o que V. Exª colocou, que grande parte das crianças estão dentro da escola sem receber um ensino condigno e elas se evadem, e não concluem, conforme a nossa grande Ministra da Educação teve a coragem de colocar ao público, não con-

cluem o curso por evasão ou repetência. Então, esses são os problemas que devem preocupar os brasileiros, porque é da escola que sairão os grandes dirigentes, é na escola que se fortalecem o engenho e a arte e as grandes soluções do futuro País. Eu me congratulo com V. Exª e fico tão feliz, como professora, em estar aqui ouvindo a sua aula, a sua preleção, as suas orientações, e seu discurso muito bem fundamentado. Parabéns, nobre Senador.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senadora Íris Célia, eu quero, inicialmente, agradecer, muito sensibilizado e desvanecido, as referências que V. Exª faz às palavras que estou proferindo, sobre o problema educacional brasileiro. Quero dizer que subscrevo, integralmente, as observações que V. Exª vem de fazer, sobretudo porque, como salientou V. Exª, além do grande número de crianças, infelizmente ainda fora da escola, tão grave quanto isso são as taxas de evasão e repetência, que ainda se verificam na escola brasileira. Dados estatísticos, recentemente referidos pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, apontam que, das mil crianças que entram na primeira série do 1º grau, apenas 170 concluem o ensino básico. Isto é bem uma demonstração de que apenas 17% conseguem concluir o curso. O quadro se agrava ainda mais se formos olhar o desdobramento com relação ao curso superior. Por isso, quero dizer a V. Exª que concordo com suas palavras quando insiste na necessidade de uma prioridade para o problema educacional brasileiro, de modo especial de uma mobilização ampla, que não envolva apenas instituições governamentais, mas que envolva toda a sociedade brasileira, a partir mesmo das lideranças comunitárias, inclusive do próprio empresariado brasileiro.

Estudante: a vítima

Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma rápida observação da situação em que se encontra o ensino nacional poderá ser útil, para que detectemos e compreendamos melhor seus pontos mais vulneráveis.

No ensino de 1º Grau percebe-se, de imediato, elevada proporção de mestres — abnegados mestres, em sua grande maioria, a procurar compensar com dedicação e empenho as deficiências da preparação profissional — sem formação adequada: na realidade mais da metade deles sequer recebem adiestramento específico para o ensino, no que se refere à chamada escola primária, enquanto nos quatro anos subseqüentes é comum o magistério ser exercido por leigos ou habilitados em licenciatura curtas — que geralmente não fornecem preparo suficiente.

O elevado número de educandos — por classe é outro dos males que vitimam o ensino de 1º Grau, a que se somam reduzido período letivo e insuficiente tempo médio que efetivamente se dedica à instrução. É também grande a porcentagem de evasão escolar, sobretudo após dois ou três anos de frequência, nos quais dificilmente consegue o aluno ultrapassar a primeira série — seja por ra-

zões econômicas de todos conhecidos, seja falta de estímulos capazes de reter o educando.

Os programas de merenda escolar devem por isso ser apoiados, sobretudo nas áreas mais periféricas; isto propiciaria que muitas crianças passassem a frequentar a escola, e evitaria que outras deixassem de fazê-lo por falta de um mínimo de condições alimentares.

Nas classes oferecidas às populações carentes, falta, por um lado, material escolar em qualidade e quantidade adequadas, em contraste com as escolas frequentadas pelas camadas economicamente superiores — nessas há, não raro, desperdício e exagerada sofisticação.

No ensino de 2º Grau ainda se observam altas taxas de evasão e repetência, embora nele as deficiências sejam pouco menos gritantes, quer porque se procura compensar as falhas do estágio anterior, quer pelo temor de conduzir a clientela ao insucesso nos exames vestibulares.

Nisto, vale observar, reside um dos problemas deste nível: excessivamente preocupados em preparar para os testes que abrem as portas da Universidade, os mestres muitas vezes perdem de vista as finalidades mesmas da educação; o 2º Grau perde o sentido da harmonia, da continuidade do processo, gerando fundo descompasso que vai afetar a evolução futura do aluno.

Quanto ao ensino universitário, — e não pretendo analisá-lo em profundidade o estudante que a ele consegue ascender é, via de consequência, vítima das disfunções dos níveis anteriores; daí o baixo nível geralmente exibido pelo corpo discente das escolas superiores brasileiras.

O corpo docente por sua vez está sujeito, em grande porcentagem, a muitos e graves reparos, quer por deficiência de formação e apoio logístico-administrativo, quer por constituir-se o magistério frequentemente, em atividade, não principal na vida profissional dos mestres.

Ponto frágil na Universidade brasileira é também o planejamento deficiente, que acarreta uso inadequado dos escassos recursos disponíveis — materiais, financeiros, humanos; erros de planejamento refletem-se, por exemplo, na localização inadequada da **campi** universitário; na criação de novos cursos que não respondem à realidade nacional ou local; nas falhas administrativas, na imprópria gestão financeira, orçamentária e de pessoal.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer ouço V. Exª, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Marco Maciel, a importância do seu pronunciamento transcende às limitações do Congresso, porque se espraia por todos os segmentos da sociedade brasileira. Em 1967, há 16 anos, o escritor, o

jornalista francês Jean Jacques Servan-Schreiber, tornou-se famoso no mundo todo com a publicação de um livro a que deu o título de “O Desafio Americano”, e que mereceu, em Língua Portuguesa, cerca de 10 traduções. Nesse livro ele inclui um capítulo destinado ao chamado Relatório Denyssson, um relatório encomendado pelo governo dos Estados Unidos para que se detectasse, dentre os fatores proporcionantes do desenvolvimento social e econômico, aquele que fosse o fundamental, o primordial, o essencial, o prioritário em escala primeira. Denyssson chegou à conclusão de que a educação é a infra-estrutura de todas as infra-estruturas desenvolvimentistas. E, em consequência, depois da posse do Presidente Roosevelt, o governo norte-americano, de dez em dez anos, começou a decuplicar o seu orçamento em educação. O mesmo não aconteceu com os países europeus. O mesmo escritor, num capítulo que ele intitula o **gap**, ao assinalar o fosso educacional existente, na época, entre os Estados Unidos e os países europeus, credita aos países europeus o fato de não terem dado o mesmo tratamento à educação que deram os Estados Unidos. Por isso entraram numa espécie de fosso, num **gap**, não apenas educacional, mas de desenvolvimento, de toda a ordem, inclusive menciona o caso do império Britânico, que está perdendo toda a sua auréola de glória em consequência do desapareço dado ao processo educacional. Os regimes de força, com relação à educação, se comportam de duas formas: uns, incrementam a educação, como fator de sustentação do próprio Estado — é a orientação que parte do Estado para garantir o sistema ou a elite no poder. Podemos dar o exemplo da Alemanha, de Hitler, da Itália, de Mussoline, e da Rússia, de Stalin. Um outro tipo de sistema de força só subsiste no poder, no poder só se mantém se minimizar os fatores dos quais depende o sistema educacional. Foi justamente o que aconteceu ao nosso país, e se V. Ex.^a se der ao trabalho — acredito que se tenha dado — de analisar a evolução das reservas orçamentárias destinadas ao setor educacional, V. Ex.^a vai observar ascensos e descensos, ao longo dos últimos 20 anos, e vai desembarcar numa situação de quase estagnação — estagnação em termos percentuais — no que pertine à aplicação de recursos orçamentários para a educação. Então, no meu entender, fez parte do interesse do regime que se instalou no Brasil, em 1964, manter a educação nesses níveis, a fim de que pela deseducação do povo brasileiro o regime, o sistema pudesse manter-se no poder. Em consequência, é preciso haver uma revolução global, no processo educacional, e revolução global de hábitos, costumes e mudanças no próprio sistema de poder, a fim de que possamos reencontrar esse fio histórico, no sentido de fortalecer a educação nacional. Enquanto não se fizer essa revolução — revolução no sentido de transformação, não revolução no sentido de mudança pela força — enquanto não se proceder a essa transformação profunda, nós não atingiremos, lamentavelmente, os objetivos a que V. Ex.^a pretende colimar no esboço do seu pronunciamento. Daí, nobre Senador, a necessidade de mudar tudo neste País, desde o Presidente da República até o contínuo da mais remota repartição municipal de nossa Pátria. Perdoe-me V. Ex.^a por tê-lo interrompido.

Faltam recursos

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Fábio Lucena, V. Ex^a faz uma série de considerações sobre a problemática educacional no mundo e, de modo especial, das dificuldades por que passa o setor educacional em nosso País. Concordo com V. Ex^a, quando diz que no País a prioridade para a educação tem oscilado. Temos tido momentos em que verbas mais significativas são alocadas para a educação, e momentos em que o crescimento dos recursos orçamentários ficam aquém das próprias taxas de inflação observadas no nosso País. Mais recentemente, se quisermos falar somente da década de 1980, durante o período em que estive à frente do Ministério da Educação o General Rubem Ludwig, as dotações sempre cresceram bem acima das taxas de inflação observadas em nosso País. Se não estou equivocado, em 1981, a inflação não tendo chegado à casa dos 80%, as dotações consignadas para a educação atingiram um aumento, comparado com 1980, em torno de 135%. Agora, infelizmente, de fato, a proposta orçamentária para 1984 não parece privilegiar novamente a educação.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Eu gostaria que V. Ex^a retificasse o não parece, porque a proposta orçamentária não beneficia a educação.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade, não houve crescimento real, isto é, os recursos estão, inclusive, aquém dos consignados para este ano se considerarmos a expectativa inflacionária para o ano de 1984. Agora, o que nós esperamos, e neste sentido é que nós fazemos, neste instante, um apelo, é que o Governo federal, já que não contemplou, na sua proposta orçamentária para o próximo ano, a educação com os recursos necessários, procure compensar essa deficiência alocando mais significativamente recursos de outras fontes. Poderia lembrar, por exemplo, as dotações do FINSOCIAL. Espera-se, para 1984, que a arrecadação do FINSOCIAL possa ascender a mais de um trilhão de cruzeiros. Se isso acontecer, eu acredito que se poderia alocar significativas parcelas desses recursos para atender às carências do setor educacional brasileiro. Cito o FINSOCIAL, mas nós podemos pensar, também, em outros programas, de que dispõe o Governo federal. E, também — e por que não insistir nisso? — buscar, através de mecanismos indiretos, via tributação, por exemplo, incentivos fiscais, fazer com que o empresariado brasileiro possa engajar-se de forma mais decisiva no esforço para promover a educação em nosso País.

Faço questão de frisar que se nós não olharmos para o setor educacional, não seremos capazes de promover um desenvolvimento que atenda às nossas necessidades básicas, que seja estável e duradouro. Enquanto tivermos números significativos de crianças fora da escola, vamos continuar a gerar verdadeiros

párias na sociedade e, conseqüentemente, a criar enormes dificuldades para a promoção do progresso do nosso povo.

Lembro que, o grande êxito da recuperação alemã e japonesa, no após guerra, não se deveu, ao Plano Marshall. É certo que o Governo americano destinou vultosos recursos. Mas, a resposta que tanto a Alemanha quanto o Japão conseguiram dar foi porque havia povos habilitados, preparados, cultos que foram capazes de fazer com que, no espaço de uma geração, 15 anos, voltassem à-queles países a ser líderes mundiais em taxas de desenvolvimento. Por isso, que nunca é tarde em insistir na importância do desenvolvimento da educação para o nosso País.

A Srª Iris Célia — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Iris Célia — Queria hipotecar solidariedade a V. Exª, às suas palavras, às suas reivindicações, fazer nossas essas palavras e essas reivindicações. Nossas, do povo brasileiro, nossas, das crianças que estão fora da escola; nossas, de todos aqueles que vêm a seletividade do sistema educacional brasileiro. Nós admitimos a seletividade que brote do educando, de uma educação melhor, de um ensino melhor, mas a seletividade que se vê e que se sente, que desprotege aqueles que também têm o direito à escola, a seletividade, em termos de oportunidade, essa não queremos ver. Por isso, hipotecamos irrestrita solidariedade a V. Exª, fazemos nossas as suas palavras.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, Senadora Iris Célia, e aditando mais uma consideração às palavras de V. Exª, gostaria de dizer, que, de fato, um dos apanágios do regime democrático é justamente o de assegurar a todos igualdade de oportunidades. As pessoas não são iguais, mas, pelo menos, deve ser preocupação de uma nação que pretende ser verdadeiramente democrática assegurar a todos igualdade de oportunidades. Isso somente acontece se nós assegurarmos as condições de instrução. Por isso considero a educação, juntamente com a saúde, valores absolutos que não podem, conseqüentemente, estar submetidos a óticas restritivas, na alocação de recursos.

Mas Sr. Presidente, Srs. Senadores referia-me, há pouco à inexistência de um ensino fundamental adequado à realidade brasileira. Abordando a educação universitária, constata-se que a situação é ainda mais grave.

Estou certo de que não exagero, nem mesmo assumo postura pessimista ao afirmá-la. Faço-o, inclusive, juntamente com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura, responsável pela publicação de documento sobre o tema do qual extraí o seguinte trecho:

“A principal característica que deve revestir um diagnóstico da Universidade é a coragem de reconhecer as múltiplas causas do iminente processo fali-

mentar que ameaça essa instituição no Brasil, não uma falência material, mas sobretudo uma falência cultural, científica e inclusive política.”

Em grande parte, creio que o grave risco detectado pela CAPES origina-se do que poderia chamar falta de autenticidade da Universidade Brasileira, que apesar dos esforços já despendidos pelo Governo, com muitas e bem intencionadas medidas — algumas de amplo alcance, como as que permitiram o grande incremento de matrículas ocorrido sobretudo na década passada — ainda não se encontrou a si mesma e até, em muitos casos, recusa inserir-se na realidade que a cerca, preferindo dedicar-se a sofisticados programas de méritos científicos incontestáveis, mas que não correspondem às necessidades concretas do povo ao qual a instituição deve servir.

Além disso o próprio incremento de matrículas, se teve louvável escopo de tornar a universidade acessível a parcelas mais amplas da população, resultou em perda de qualidade de ensino, como óbvios prejuízos para o cumprimento da missão confiada à instituição.

Oceano de pobreza

Eis, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma parcela do formidável conjunto de problemas que conforma o quadro geral da educação brasileira. Constatá-los não é tarefa difícil, pois pertencem ao dia-a-dia de todos nós e de cada cidadão brasileiro.

Mas, e suas causas? Seria correto, como às vezes se tem feito, lançar todo o débito à conta do subdesenvolvimento e toda seu rol de disfunções e carências?

Certo é que considerável parte desses problemas deve-se a causas exógenas ao setor educacional, ligadas, em primeiro lugar, ao insuficiente e desequilibrado desenvolvimento nacional — insuficiência que se manifesta no conjunto do macrossistema social e, de maneira exacerbada, em setores essenciais como educação e saúde; desequilíbrio que se percebe com nitidez do ponto de vista de uma injusta repartição interpessoal da renda e também contrapõe, de forma igualmente iníqua, uma porção mais desenvolvida e dinâmica a outra, vasta e populosa, que mal consegue sobrenadar num imenso oceano de pobreza.

Causa externa ao setor vamos encontrar também na recusa em conferir prioridade à educação, refletida na diminuta porcentagem do Orçamento da União a ela consagrada. A proposta orçamentária para 1984, como já tive oportunidade de me referir, é bem uma prova disso: mesmo ocupando o segundo lugar, logo após o setor transporte, a função Educação e Cultura terá um crescimento inferior às taxas inflacionárias, ou seja, é quase certo que, em termos reais, o MEC conte com menor volume de recursos em 1983. Isto numa nação em que sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão sem escola, e na qual o déficit de escolaridade no Nordeste cresceu de 42% em 1970 para 51% dez anos após.

Permitam, no entanto, que me atenha aquelas que se localizam no próprio setor.

Cito, em primeiro lugar, o fato incontestado de que ainda não conseguimos formular e pôr em prática soluções próprias e duradouras para a escola brasileira. Em grande medida o que logramos, após as diversas reformas através das quais tateamos longamente até perder de vista os objetivos fundamentais, foi conformar um sistema educacional falsamente eclético, fruto da fusão de informações alienígenas não adequadamente assimiladas.

Por isso não se poderia dizer, por exemplo, que formação insuficiente ou distorcida de professores é a única causa de má qualidade do ensino. Muitas outras causas, na verdade, estão além desse fenômeno, devendo-se referir o fato de que os mestres formam-se para um exercício que pouco tem a ver com a realidade, não levando em conta a cultura e peculiaridades nacionais.

Tal inadequação à realidade nacional — isso, sim, causa importante dos males que afetam a educação no País — expressa-se, por exemplo, na existência de sistema de ensino uno e simplificado, diante de condições bastante diversificadas e complexas.

Argumentar-se-ia, talvez, que a unidade do sistema seria requisito de integração nacional. Ainda que orientada por nobre ideal, tal afirmação repousa em grave equívoco: integração não seria, jamais, nivelamento, padronização de culturas que implicaria eliminar valores presentes desde a formação do País; ao contrário, são as diferenças entre as regiões — cada qual com suas características próprias, marcadas por costumes, manifestações artísticas e até mesmo modos e formas de expressar-se na língua única, porém enriquecida por entonações e outras peculiaridades próprias — que compõem e identificam a nacionalidade.

Disse, a propósito, Sua Santidade o Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil:

“A unidade cultural de um país geograficamente vasto como o vosso, e no qual se amalgamaram numerosas tradições e vários processos históricos, não nasce de uma uniformização da cultura; mas de uma pluralidade unificada pelo respeito mútuo, pelo reconhecimento das peculiaridades culturais, pelo diálogo que enriquece, a uns com os valores e as experiências dos outros.”

Pode-se daí depreender que a recusa à regionalização do ensino é prejudicial à unidade nacional, tendo o efeito de agravar, ao transferi-los para o campo da cultura, os desequilíbrios entre as regiões.

Educação: a base

Mesmo sem ter a pretensão de oferecer, nos limites deste pronunciamento, um quadro completo da educação brasileira, creio que todos concordarão em que o setor enfrenta, hoje, crise que deve merecer atenção prioritária.

De que outra forma poderíamos lograr o aperfeiçoamento democrático — objetivo de todos nós e no qual vimos avançando com segurança nos últimos anos — como logrará-lo se temos cerca de 30 milhões de analfabetos? Não se pode falar em democracia numa sociedade em que a escola não seja instituição criadora, ativa e perfeitamente identificada com os problemas da comunidade em que se insere; e muito menos podemos olhar com confiança o futuro enquanto somente 17 em cada cem alunos da primeira série chegam à oitava, e menos de dez conseguem passar ao segundo grau.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer, ouço o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Creio que todos aqui presentes nesta tarde estão acompanhando o discurso de V. Ex^a, por ser um tema da maior importância. Como bem enfocou durante todo esse discurso que V. Ex^a faz, nenhum país pode se desenvolver se a sua base não for a educação. V. Ex^a levanta várias questões e diz que não há de ser num discurso que se possa colocar toda a enorme complexidade de ensino no País. Com muita justeza, V. Ex^a coloca o tema. Mas faz algumas considerações às quais desejava dar aqui um testemunho. V. Ex^a diz que nem sempre é o preparo do professor que levaria a melhorar a qualidade de ensino. Eu diria a V. Ex^a que, inclusive, a evasão escolar a que V. Ex^a se refere, que no Nordeste subiu de 45 ou 48 para 51%, dá um exemplo de que é possível fazer-se alguma coisa de positivo na educação. Ao tempo em que era Ministro da Educação o ex-Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a deve ter acompanhado aquela reforma de ensino feita no País...

O SR. MARCO MACIEL — A Lei nº 5.692.

O Sr. Alberto Silva — Exatamente. Fizemos uma experiência, dentro daquela ótica, no Estado do Piauí. E começamos qualitativamente com o aprimoramento dos professores, para podermos partir daí e conseguir alguma coisa de positivo. Mas, nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a que foi governador e naturalmente teve bastante cuidado em vários setores da Administração Pública, inclusive a educação, nós o sabemos, é importante que os governos ponham estímulo na educação. Por exemplo: no nosso Estado, em que nós trouxemos para dentro das escolas enormes contingentes de alunos que não podiam frequentá-las — e aí vai um dado que eu gostaria que fosse colocado no discurso de V. Ex^a — porque há, em muitos casos, a impossibilidade de estudar, e cito alguns exemplos: o problema da farda, o problema do livro, ...

O SR. MARCO MACIEL — O problema da merenda escolar.

O Sr. Alberto Silva — ... o problema da merenda escolar, da mensalidade, etc. Então, o que nós fizemos foi o seguinte: apesar de ser um Estado de recur-

sos relativamente pequenos, o Piauí, nós resolvemos colocar grande parte das nossas disponibilidades financeiras no ensino, que se traduziam em bolsas gratuitas, porque hoje V. Ex^a muito bem sabe, as bolsas distribuídas pelo Governo Federal são insuficientes para a quantidade de alunos que existem. Hoje, a evasão no Piauí, por exemplo, que havia caído de 35 para 10%, durante o tempo que eu tive a honra de governá-lo, hoje, já voltou para os 35 ou 40%, porque não só não há vaga nas escolas públicas, não se fizeram mais colégios com as salas de aula necessárias, não se alocaram mais recursos para isso e as bolsas federais são insuficientes. Então, eu creio que, a começar por um trabalho neste sentido, de facilitar ao aluno o estudo, não lhe exigindo farda, não fazendo como hoje que um livro do primeiro ano, de um ano anterior, não serve para o primeiro ano do ano seguinte; quer dizer, não há pai de família que consiga educar os seus filhos na base de pagar, como está. Eu creio que todos nós, nesta tarde, nos solidarizamos com V. Ex^a, no sentido de que se encontre uma saída. E creio que os governos estaduais têm que entrar nessa batalha e escolher homens que tenham amor à causa da educação, porque sem amor neste campo não se faz nada, nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Alberto Silva, eu ouvi com muita atenção o aparte com que V. Ex^a me honrou. Quero dizer que, em verdade, concordo com as observações que foram feitas. Sabe V. Ex^a que há muitos fatores que eu chamaria estranhos à própria escola, que fazem com que sequer a criança possa continuar a frequentar escola. Em algumas áreas, sobretudo nas áreas mais pobres, nas periferias das grandes cidades, na zona rural e sobretudo, por exemplo, nas zonas rurais do Norte e do Nordeste que são aquelas de menor nível de desenvolvimento relativo, é freqüente vermos crianças deixarem de frequentar a escola por falta, primeiro, pela necessidade de atender a imperativo de sobrevivência da própria criança e de sua família e às vezes até mesmo por não ter condições alimentares. Quando fui Governador de Pernambuco, busquei dar uma ênfase muito grande aos programas de merenda escolar, porque entendia que este era uma das causas inibidoras a que o aluno frequentasse a escola. Muitas e muitas vezes recolhiam depoimentos de professores e dirigentes de escolas, que crianças compareciam às aulas sem nenhuma alimentação, sem terem ingerido quaisquer tipos de alimentos e mais, em muitos casos elas não suportavam assistir às aulas, desmaiavam, às vezes, em plena sala de aula. Pois bem, dentro desse quadro temos que considerar que há fatores estranhos — eu poderia dizer assim — interferindo diretamente na administração do ensino. Além disso, V. Ex^a lembrou muito bem a própria exigência de farda, de livros e exigências outras como pagamento de taxas, etc. Em síntese, esta é uma matéria que exige uma ampla mobilização e sem a qual, efetivamente, nós pouco poderemos fazer nesse plano.

A Sr^a Iris Célia — V. Ex^a me permite um aparte?

Molelo Brasileiro

O SR. MARCO MACIEL — Pois não! Ouço mais uma vez a nobre Senadora Iris Célia.

A Sr^a Iris Célia — Como ex-Secretária de Educação de um Estado pobre do Norte, e que sofre todos esses problemas colocados aqui sobre o ensino: a pobreza, o estágio de desenvolvimento sócio-econômico, o próprio tipo de trabalho, a utilização do menor na força de trabalho, porque considerado uma boca a mais, as distâncias que a criança percorre na zona rural, quilômetros e quilômetros em estradas lamacentas e ensolaradas, às vezes dormindo no mato, para alcançar uma escola que só pode lhe dar de melhor um copo de leite, quando lá chega a merenda escolar.

O SR. MARCO MACIEL — Isso é verdade...

A Sr^a Iris Célia — Mas eu queria me referir, sobretudo, a um aspecto que V. Ex^a colocou: o modelo educacional que ainda me preocupa. Nós estamos num país continental de diversas realidades e nem sei se temos só dois Brasis. A realidade Amazônica é um desafio muito grande. E me permitiria colocar um aspecto que nos deixa muito preocupada, o aspecto legislativo do modelo educacional: com menos de dez anos com a Lei nº 4.024, nós tivemos a Lei nº 5.692, sem uma prévia avaliação; se houve essa avaliação, não sei se foi levada em consideração a mudança do modelo. A verdade é que a Lei nº 4.024 falava em ensino primário e esse ensino primário correspondia às quatro séries iniciais de hoje. O ensino de 1º grau, só nessa faixa foi impossível ser implantado em todo País, praticamente, com algumas exceções de localidade, com professor não-titulado. Essa unanimidade nacional que nós temos, esse professor que merece todo o nosso respeito, o autodidata, mas na verdade ele pode trabalhar nas quatro séries iniciais e não é possível, não é permitido no ensino de 1º grau. Criou-se com a Lei nº 5.692, um ensino de 1º grau de oito séries que inexistia nas zonas rurais, do meu Estado, pelo menos.

O SR. MARCO MACIEL — Na maioria dos Estados da Federação acredito.

A Sr^a Iris Célia — E fala-se numa evasão do 1º grau. Esse 1º grau não existe. Então, não se pode, às vezes, nem considerar saída, evasão, quando realmente ele não pôde completar, porque a escola não existe em oito séries. Deveríamos rever o modelo educacional brasileiro, considerar as regiões brasileiras e para cada região, para cada localidade, para cada realidade deveria se definir, na sua própria comunidade, dentro das suas possibilidades das suas necessidades, do seu meio cultural e dos seus aspectos culturais, um modelo educacional que pudesse fazer o melhor possível por uma educação partida de objetivos, dirigida de objetivos e princípios norteadores de uma política nacional, que fizesse valer as nossas tradições morais, religiosas e culturais. E quero aqui deixar

registrado, neste momento, o apelo do meu Estado, que poderia ser da minha região, nesse sentido, de se experimentar modelos adequados. Mas modelos que viessem de lá, que saíssem das suas próprias realidades, das suas próprias necessidades; e que não fossem encomendadas a ninguém, e nem fossem feitos em gabinetes, de cima para baixo. Talvez esse fosse um dos caminhos para se encontrar a solução do problema educacional brasileiro. Muito obrigado!

O SR. MARCO MACIEL — Prezada Senadora Iris Célia, eu concordo com V. Exª quando insiste na regionalização do processo educacional.

Aliás, recentemente, houve, em São Paulo, em Simpósio promovido por órgãos de comunicação social, com o apoio do Governo do Estado, intitulado Educação SP-2000, em que, numa de suas conclusões, defendeu maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira nas escolas, sob a coordenação dos órgãos centrais para atender às necessidades da comunidade. E isso me parece extremamente importante, sobretudo porque, como V. Exª salientou nós temos, dentro do Brasil, vários Brasis, e nós precisamos respeitar a vocação de cada região, até como forma de fazer com que o próprio desenvolvimento nacional ocorra de forma mais orgânica e mais integrada. Por isso, concordo com as observações de V. Exª e oxalá nós possamos, como conseqüência de uma tomada de consciência a esse respeito, chegarmos aos caminhos que nos levem a essas soluções.

Mas, Sr. Presidente, educação, além de direito individual, deve ser também entendida como direito social, na medida em que a sabemos condição básica para o desenvolvimento, e mais ainda, para que o homem se capacite a assumir a cidadania — concepção que abrange desde as potencialidades do indivíduo à sua consciência política (atuação do homem sobre si mesmo e a sociedade) e sua ação produtiva (o homem agindo sobre o ambiente para sobreviver e progredir).

Oportuna, por isso mesmo, a iniciativa da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, que vem de lançar a Campanha de Salvação Nacional da Educação, objetivando alertar a sociedade para os efeitos da crise econômica sobre os sistemas de ensino.

Crises, acredito, não podem levar a desconhecer a importância da educação ou a realizar cortes de recursos. Tenho afirmado que tais momentos, por conta de mais aguçada consciência dos problemas existentes, devem ensejar possibilidades de soluções e mobilização da sociedade em busca de saltos qualitativos, capazes de alçá-la a novos patamares em sua progressão. É nos momentos de adversidade que se afirmam homens e povos fortes, que encaram os obstáculos como desafio a vencer, gerando a busca de soluções próprias.

Até Adam Smith, defensor empedernido da liberdade econômica, considerava que as atividades educacionais não poderiam ficar simplesmente a mercê das leis de mercado. Hodiernamente, tal entendimento se cristalizou a ponto de

todos considerarem que é tarefa do Estado assegurar a todos, pelo menos, o ensino básico.

Não podemos permitir, pois, que o País perca oportunidades de avançar por carência de recursos para a educação. Seria elevado demais o preço a pagar, e não podemos deixar tal herança às gerações futuras.

Está, portanto, na hora do Estado refluir de seu papel de Estado-Empresário para cumprir a sua função precípua: a de promotor do levantamento das condições sociais, mormente na área da educação e da saúde.

Precisamos, pois, sair do quadro da prioridade meramente retórica conferida à educação e passar para adoção de efetivas medidas que a torne uma realidade nos termos requeridos pela Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, antes de encerrar as minhas palavras, oferecer ao Governo e à Nação algumas propostas capazes de colocar a educação, de fato, como prioridade nacional.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Marco Maciel, quando cheguei, infelizmente, V. Ex^a já desenvolvia o seu pronunciamento, mas, pelo que pude alcançar até aqui, V. Ex^a desempenha o papel que realmente lhe cabe, não só como Senador da República, mas como experimentado homem público e, por acréscimo, um professor, um homem que realmente, sem nenhum trocadilho, fala de cátedra sobre o assunto.

Função Social

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Marco Maciel, o assunto, no Brasil, de instrução tem sido muito confundido com educação, porque, na realidade, eu já não tenho notícias de escolas que eduquem; tenho notícias de escolas que instruem mal, faculdades que preparam o doutor mas não preparam o indivíduo. E vejo, com muito pesar, que um dos poucos momentos de lucidez governamental neste País — e, quando digo governamental, abrange todos os poderes da República e, de modo especial, o Congresso Nacional, porque caixa de ressonância, mais do que caixa de ressonância, Casa responsável de antecipar-se, não aos anseios momentâneos, mas às necessidades do povo — eu verifico, com muita tristeza, que um dos poucos momentos de lucidez governamental deste País não foi levado a sério: foi quando o Governo federal, mais precisamente, parece-me que a Junta Militar no Governo, ou no caso, acho que já o Presidente Médici, baixara um decreto que instituía a Educação Moral e Cívica que, desgraçadamente, nunca saiu do papel. Aquele decreto é tão abrangente e ele foi tão profundo na tentativa de furar o grande tumor que tem impe-

didado o desenvolvimento deste País, um tumor que tem levado este País a esses descaminhos terríveis que vamos enveredando cada vez mais por eles, que é a total deseducação, sobretudo, no que diz respeito à moral e ao civismo. Confesso a V. Ex^a que precisávamos modificar a educação, ou, pelo menos, tirarmos esse rótulo falso que aí está de confundirmos educação com instrução. V. Ex^a sabe muito bem, como sabem todos aqueles que nos ouvem, que a confusão do termo é, realmente, uma agressão muito séria. Se educar é eduzir, é despertar aquilo que há de bom, aquilo que há de latente, aquilo que chamamos de semelhança com Deus que há em cada um de nós intrinsecamente, em cada indivíduo feito à semelhança de Deus, essa seria a missão maior que, lamentavelmente, nem os pais hoje estão tendo tempo ou mesmo muito interesse em fazê-lo, a pretexto de ver a novela de televisão, a pretexto de atender compromissos sociais, outros porque são obrigados a ir para a fábrica ou para o cabo da enxada, mas o certo é que, infelizmente, este mundo de hoje não está se permitindo nem os próprios pais eduzir os filhos, ou educar os filhos. Então, nós começaremos por aí, por essa reforma de base, profunda, mudando o rótulo. Passamos a chamar Ministério da Instrução, já que a educação, nós temos que confessar, até mesmo nos lares não vem podendo ser produzida. V. Ex^a abordou uma série de aspectos da questão. Nós não temos nos preocupado, ou pelo menos até aqui parece que não saiu nessa Casa, sequer uma tentativa de modificar, compatibilizar o nosso ano letivo com o nosso ano agrícola, razão a que eu debito uma grande evasão, a que V. Ex^a aludiu, muito rapidamente, nesse aspecto da questão, homem experimentado que é. Mas, na realidade, não vejo como impedir que o agricultor, na época da colheita, não lance mão dos braços dos filhos que estão na escola para acudir a colheita. Daí a necessidade de nós modificarmos. Mas eu creio até que nos próprios Estados, com a competência que têm de legislar sobre a matéria, poderiam fazer essa adaptação. Mas o certo é que até aqui nós todos temos estado acomodados, embora enxergando essa distorção. É pois, Senador Março Maciel, de qualquer forma, gratificante ver um homem do seu peso moral, do seu peso político estar tratando do assunto. Estar tratando e, sem dúvida alguma, buscando um caminho, porque de todas as confusões, de todas as dificuldades que esse País, nesse verdadeiro cipoal que nós nos encontramos, eu não tenho dúvida alguma, achássemos um caminho certo para a educação, e, concomitantemente, compatibilizando a instrução com as necessidades do mercado, com as oportunidades de trabalho, parariamos de jogar dinheiro que nós tomamos emprestado a juros caros, jogarmos fora, preparando jovens, ou fingindo que estamos preparando jovens acadêmicos e bacharéis, para serem frustrados sociais, porque sem oportunidade de trabalho. E, a par dessa compatibilização com o mercado, com essa regionalização que V. Ex^a preconiza, mas, sobretudo, tenha V. Ex^a a certeza de que, e creio que V. Ex^a irá concordar comigo, mais do que a instrução, mais do que o número de analfabetos, porque nos analfabetos, muitas vezes, nós encontramos muita gente educada, muito mais proveitosa ao País e à família do que muitos ilustrados que aí es-

tão, ou aparentemente ilustrados — não são sabidos, mas são sábios — daí por que preocupa-me e eu gostaria que V. Ex^a pudesse concordar comigo, mais do que a instrução, Senador Marco Maciel, nós precisamos volver as nossas vistas e todos os nossos esforços no sentido de implantar nesse País uma ordem, efetivamente, de educação. Muito obrigado a V. Ex^a

Sistema Democrático

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço, meu caro Senador Benedito Ferreira, o aparte de V. Ex^a e, quero dizer que subscrevo, integralmente, as manifestações que V. Ex^a vem de fazer.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu me permitiria, como afirmei anteriormente, trazer à consideração de V. Ex^{as} algumas medidas que, a meu ver, seriam necessárias para que a educação venha a ter o papel de destaque na sociedade brasileira de nossos dias.

Entre as medidas que eu suscitaria, gostaria de lembrar as seguintes:

1. Alocação suficiente de recursos, à área de educação, mobilizando toda a estrutura do poder público para a tarefa de reverter a grave situação do setor. O ideal seria que, ao lado dos crescentes recursos dos poderes públicos — União, Estados, Municípios — se mobilizasse também, mais intensamente, a iniciativa privada.

2. Destinação de maiores recursos às porções do território nacional que apresentam condições mais precárias — o Norte, parte do Centro-Oeste e, em especial, o Nordeste.

3. Revisão do sistema tributário, de modo a permitir que os municípios e Estados possam efetivamente assumir a responsabilidade pela educação fundamental que se lhes atribui.

4. Efetivo cumprimento à obrigatoriedade constitucional de escolaridade gratuita para a faixa etária de sete a 14 anos, mediante movimento de caráter nacional capaz de saldar o que, muito propriamente, a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz chamou de “dúvida da União para com a sociedade brasileira”. Para isso, já lembrava Carlos Maciel, “é preciso ordenar a ação, para maior eficiência”. É de considerar-se que é justamente nesta faixa que o nosso sistema educacional perde mais de 50% de seu contingente, daí a reclamada prioridade para esta providência.

5. Sistematização do processo de qualificação e aperfeiçoamento profissional do pessoal docente, mormente para o magistério da primeira à quarta série e, com ênfase especial, no Nordeste do País, onde são mais graves os problemas; nessa mesma faixa, que se proporcione melhoria salarial para os professores ainda os há, em regiões mais carentes, percebendo salários entre um e cinco mil cruzeiros.

6. Estímulos, por todos os meios disponíveis, a que se garanta e aprofunde a participação das comunidades diretamente interessadas no planejamento e gestão das atividades educacionais.

7. Fortalecimento das estruturas municipais de educação, responsáveis mais diretas pela educação básica, por força inclusive da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (parágrafo único do artigo 58).

8. Apoio à formação de grupos de pesquisas, sobretudo nas universidades e voltados para as próprias regiões em que se situam, sobre os problemas da educação — já que tem enorme importância a geração de uma pedagogia basicamente vinculada às condições concretas de cada região.

Todas essas proposições, Senhor Presidente, Senhores Senadores, creio oportuno repetir, devam considerar-se dentro de um quadro nacional que configure efetivo entendimento do papel da educação — mais que prioritário, essencial para o desenvolvimento nacional. Essencial porque, no dizer de Dilthey, relaciona-se intimamente com os elementos que constituem a vida social; essencial também porque, conforme afirma Kriek, é função básica da sociedade, porquanto assimilação típica dos seus membros às normas e ordenações da comunidade; essencial, em suma, porque dela depende o próprio aperfeiçoamento democrático do Brasil.

AÇÃO PARLAMENTAR

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Cem anos de República*
- 2 — Informática e Desenvolvimento*
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártida*
- 4 — Nordeste: o Semi-Árido*
- 5 — Reforma Tributária*
- 6 — Ciência e Tecnologia*
- 7 — Desenvolvimento Urbano*
- 8 — Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica*
- 9 — Simplificação das Leis*
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa*
- 11 — Filinto Müller e a Política*
- 12 — Política de Desenvolvimento Para Uma Nação Multirregional*
- 13 — Agricultura: Nova Fronteira*
- 14 — Uma Política Para Irrigação*

PRÓXIMO LANÇAMENTO

- 16 — Subsídios Para Uma Política Cultural*

Endereço para correspondência:

Senado Federal

Gabinete nº01

CEP 70160 — Brasília — DF

